

# **O Fenômeno Da Evasão Em Cursos De Bacharelado Na Área Da Saúde: Uma Análise Através Das Dissertações E Teses Na Biblioteca Digital Brasileira**

Mario Olavo da Silva Lopes<sup>1</sup>, Karla Pereira Rutz<sup>2</sup>, Mara Aparecida de Miranda Batista Dias<sup>3</sup>, Edward Frederico Castro Pessano<sup>4</sup>

<sup>1</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-4589-9668>, [mosilvalopes@gmail.com](mailto:mosilvalopes@gmail.com))

<sup>2</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-3004-9505>, [cfckrutz@gmail.com](mailto:cfckrutz@gmail.com))

<sup>3</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0003-0976-5862>, [marademiranda02@gmail.com](mailto:marademiranda02@gmail.com))

<sup>4</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-6322-6416>, [edwardpessano@unipampa.edu.br](mailto:edwardpessano@unipampa.edu.br))

---

## **Resumo:**

A Universidade passou por mudanças nas últimas décadas, resultado da expansão do ensino superior no Brasil, permitindo oportunidades de ingresso nas graduações. O acesso, o ingresso e a permanência no ensino superior, ao longo da história, estiveram ao alcance de um pequeno grupo, paradigma o qual é necessário ser superado nos dias atuais. Logo, é fundamental abordar e investigar o tema evasão, pois se trata de um problema comum aos sistemas educacionais. O afastamento de educandos que não concluem seus estudos precisam ser considerados e analisados, bem como as razões para a efetivação da evasão. Este estudo propõe uma reflexão sobre a evasão no ensino superior, em cursos da área da saúde a partir de um olhar sobre produções acadêmicas. Buscamos responder neste artigo o que tem sido investigado e produzido nas dissertações e teses com relação à temática da evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, entre a década de 2010 a 2020. O método empregado nesta pesquisa foi uma revisão integrativa de estado da arte, utilizamos como fonte o Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses. Realizamos uma análise dos resumos e dos sumários da tese e das dissertações encontradas na busca. Percebemos que a área de gestão pública se destaca, já que encontramos 60% dos trabalhos que versam sobre a temática gestão pública e evasão. Logo, existem poucos estudos fazendo a relação entre cotas, evasão e retenção no ensino superior, demonstrando a necessidade de mais estudos sobre tal temática.

**Palavras-chave:** Revisão integrativa. Evasão. Cursos na área da saúde

---

Date of Submission: 06-08-2023

Date of Acceptance: 16-08-2023

---

## **I. Contextualizando**

O ensino superior passou por um processo de crescimento e de interiorização geográfica das unidades universitárias nas últimas décadas no Brasil, fruto de políticas educacionais de expansão, logo, permitiu-se o aumento e a diversidade de trabalhos acadêmicos apresentados nestes espaços (SOUZA, 2014), dando ênfase para políticas educacionais em várias áreas.

Historicamente, o acesso, o ingresso e a permanência no ensino superior estiveram ao alcance de uma pequena parcela da população brasileira, assim Junior e Real (2017) corroboram com a ideia de “sistema de elite” até aproximadamente os anos 2000, quando tivemos uma reestruturação deste sistema no Brasil.

Podemos ressaltar que o crescimento das matrículas, em relação às instituições públicas, está relacionado ao Programa “Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil” -- 2006, e o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (Reuni) em 2007, esse último responsável pela expansão das IES, IFes, criando novas instituições e fortalecendo as já existentes.

Logo, percebemos um crescimento expressivo nas matrículas de maneira geral, além das políticas públicas aplicadas às instituições públicas ou privadas, tivemos também o crescimento da modalidade de ensino superior à distância, que de acordo com Junior e Real (2017) tem crescido muito nos últimos anos. Conforme o CENSO 2017, em 2007, 7% (369,766) das matrículas de graduação, em 2017, foram 21,7%, ou seja 1.756,982 alunos matriculados em EAD, o que indica um importante nicho a ser estudado.

Quanto ao ensino superior, percebemos uma diversidade em muitos sentidos, sendo elas: raciais, culturais e políticas, como afirma Burke (2003), uma verdadeira mixórdia, isto deve-se em especial à extensão territorial de nosso país e à busca pela democratização de acesso. Quando fazemos referência ao estado

brasileiro, falamos de um país de proporções continentais, com uma diversidade cultural enorme, povos diferentes e hábitos culturais antagônicos.

## II. Referencial Teórico

De acordo com Burke (2003), o Brasil passa por um processo de mistura, sincretismo e hibridização: mistura de crenças religiosas, línguas, dialetos, que formam um *pout pourri* cultural, que acaba influenciando em muitos sentidos a sociedade local, regional e mundial; sincretismo: passamos pela ideia de harmonizar, respeitar ritos e rituais religiosos em todas as Unidades da Federação; hibridização: termo este trazido por Burke, mas que aparece em muitos outros estudos, como Edward Said (2000) e Gilberto Freyre (2001), com os quais podemos sintetizar hibridismo como “mestiçagem”, ou seja todas as culturas estão envolvidas diretamente ou indiretamente entre si. Mas ressaltamos que o processo cultural em um país continental é em outras palavras a cultura híbrida de hoje, é a cultura em constante transformação.

Corroborando com os estudos de Peter Burke, linkamos a ideia de Fernandes (2005), que afirma que o Brasil se destaca como uma das nações com maior índice de multiculturalidades, para tanto, é necessário falarmos em culturas brasileiras e não cultura brasileira. Devido à essa pluralidade, reconhecemos que um grande número de pessoas ajudou a povoar o Brasil, formando a sociedade brasileira, logo percebemos que em uma sociedade multiétnica e híbrida o crescimento universitário é inevitável.

O panorama cultural apresentado corrobora com a compreensão da formação multiétnica da nossa sociedade. Nesta perspectiva multifacetada, verificamos a expansão do nível de acesso ao Ensino Superior e percebemos que é uma ação contínua, de acordo com o gráfico 1, que representa desde 1980 dados dos educandos matriculados:

**Gráfico 1 - Matrículas em Cursos no Ensino Superior.**



Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da Educação Superior 2017. Brasília, DF, 2018.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Notamos que a partir do fim dos anos 90, houve um aumento no número de matrículas e inferimos que houve um predomínio no setor privado, praticamente nos últimos 20 anos, somando-se ao aumento de instituições com fins lucrativos. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - 1999 e o Programa “Universidade para Todos” (Prouni) -- 2005 auxiliam com recursos financeiros os alunos. A saber, o FIES, de acordo com a Lei 10.260/01, concede financiamento aos estudantes do ensino superior em Instituições Privadas e com avaliação positiva pelo MEC. Após a conclusão do curso, o discente paga este financiamento à entidade credora. Já em relação ao Prouni, este programa foi instituído pela Medida Provisória 213 de 2004, este concede bolsas de estudo com 50% ou 100% do valor do curso em instituições privadas, sem a necessidade do seu ressarcimento ao erário público.

Em relação ao aumento do índice de acesso às universidades em nosso país, constatamos que tal ação educacional não passa por uma preocupação governamental. De acordo com Caetano e Campo (2019), os investimentos necessários para que tenhamos a manutenção, ou até mesmo expansão das IES, acaba sendo comprometido, ainda mais quando temos cortes nos orçamentos das universidades.

Para Caetano e Campo (2019), as IES são órgãos da administração indireta ligados ao Ministério da Educação, de acordo com a Constituição, estes teriam status de autarquias ou fundações públicas e ainda de acordo com o art 54 da LDB / 96, este afirma o estatuto jurídico, logo notamos que as IES são tratadas pela mantenedora como órgãos dependentes e não o contrário. Instituições meramente subordinadas, sem permissão para exercer o que lhe compete pela lei.

Entretanto, há um interesse social das pessoas que buscam uma qualificação profissional para ingressar no mercado de trabalho, percebido pelo aumento do número de vagas, matrículas e conseqüentemente permanência do acadêmico, já que proporciona uma mudança social na vida do mesmo, possibilitando a ascensão social. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Observamos também que, embora haja um parco investimento nas IES, há um crescimento científico em nosso país. Justificamos esta informação pelas produções acadêmicas de nossas IES, nas quais concentra-se um grupo de pesquisadores, em massa doutores, que labutam no espectro do ensino, da pesquisa e da extensão (COSTA; COSTA; BARBOSA, 2013). A produção científica continua sendo produzida, mesmo que nos últimos anos, possamos verificar a redução das verbas destinadas ao meio acadêmico. Para Panizzon, Costa e Medeiros (2020), na área da educação os investimentos são impactados negativamente há algum tempo. Em 2019, os gastos foram reduzidos em 6,7 bilhões de reais, comparado com 2017, esta redução prejudicou valores que seriam repassados a CAPES, essa teria perdido 1,2 bilhões de reais em investimento em 2019, comparado com 2016, de acordo com dados da CGU 2020.

Logo, é visível que a redução destes investimentos prejudica o andamento da produção acadêmica. Para Dávila, Krawulski et al. (2011), embora os exemplos apresentados ratifiquem algumas necessidades das IES, o interesse por parte dos estudantes, na busca por ascensão intelectual e social persiste. Sabemos que o caminho de acesso e permanência é árduo e que, muitas vezes, o processo de retenção ou evasão no ensino superior apresenta pontos de extrema relevância em muitos países, sejam eles ricos ou pobres. A ideia de abandono, possíveis reprovações e retenções são aspectos que tangem a vida acadêmica e que mostram como uma problemática educativa e social é latente (VIDALES, 2009).

Cunha, Tunes e Silva (2001) nos indicam que o estudo desta temática, em nossas IES, apresenta muitas lacunas, devido aos mais variados aspectos. A fragilidade nas pesquisas desta temática estão na caracterização, definição, fontes de pesquisa e metodologias adequadas.

Como forma de simplificar o acesso ao ensino superior, sem facilitá-lo, ocorre o desenvolvimento de um processo avaliativo com os alunos do ensino médio, que tenham a intenção de ingressar no ensino superior, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Compreendemos neste meio que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em um primeiro momento, foi criado para avaliar o Ensino Médio, mas a partir de 2009, com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), acabou por substituir o vestibular de muitas universidades, em especial das públicas. Embora o sistema de ingresso continue com características meritocráticas, realizando ingressos compensatórios, aproximando-se de uma equidade no sistema de ingresso (TROW, 2005), podemos observar que este sistema trouxe a possibilidade aos estudantes de Ensino Médio de acessarem o sistema de ensino superior.

O panorama sindêmico da COVID-19, que estamos vivenciando tornou ainda mais visível as diferenças entre escolas públicas e privadas, logo mostrando os grandes desafios que os alunos, em especial de muitas instituições públicas enfrentam quanto ao acesso e permanência nas IES. A partir da fala de SANTOS (2020), inferimos que não são todos os estudantes brasileiros que têm acesso a mecanismos conectados à internet, para que acessem de forma contínua e satisfatória seus estudos. Em 2018, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, diagnosticou que 58% dos lares em nosso país não tinham acesso a computadores e 33% sem acesso a web, isto em classes menos favorecidas.

Ainda relacionado às políticas públicas de inclusão, nos últimos anos, tivemos a ascensão ao ensino superior de alunos com perfis socioeconômicos diferenciados (RISTOFF, 2013). Desde o ano de 2012, entrou em cena a Lei número 12.711, conhecida como Lei de Cotas que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012).

Essa lei é de extrema importância para tornar mais próximo das camadas populares o ingresso ao ensino superior. Tal debate vem tomando espaço no meio acadêmico, em todos os níveis, da graduação à pós-graduação. As políticas de ações afirmativas têm permitido de forma ampla dar condições de acesso ao ensino superior e a possibilidade de permanência e conclusão do curso, objetivando assim minimizar os efeitos das desigualdades geradas por séculos em nosso país. Salientamos algumas das desigualdades que ocorrem em nossa nação, por meio de uma síntese de conceitos essenciais, baseados nas obras de Chaui (2000), OLIVEIRA (2006), DIMENSTEIN e colaboradores, (2008), ZENUN e MARKUNAS (2015), obras de Sociologia que trazem tais definições.

Logo, destacamos a desigualdade de renda na qual muitas pessoas, de acordo com a filósofa (CHAUI, 2000) em sua obra convite à filosofia, vivem com poucos reais por mês, gerando uma desigualdade alimentar, pois não conseguem dinheiro para comprar o básico de seus alimentos, conseqüentemente gerando a desigualdade social (CHAUI, 2000).

Nestas áreas, com parcas condições de moradia, temos a falta de saneamento básico como água e esgoto, muitas vezes o esgoto divide as vielas junto aos moradores, o que gera um alto índice de doenças, levando à precariedade no atendimento a saúde pública destas pessoas, em razão de que o número de pessoas que são acometidas de patologias oriundas da falta de saneamento é grande ZENUN e MARKUNAS (2015).

Ainda podemos relacionar que a baixa renda destas famílias acaba levando muitos de seus membros a trabalharem em empregos informais, fazendo com que os mesmos abandonem a escola, e passem a trabalhar, informalmente, com salários parcos, logo, ao abandonar a escola, os mesmos, não têm perspectivas de cursar o ensino superior, o que os deixa à margem de uma empregabilidade com maiores salários (DIMENSTEIN et al.2008).

Findamos esta observação trazendo Oliveira (2006), o qual infere que muitas vezes um ensino de parca qualidade nas referidas comunidades favelizadas, relacionadas com um transporte público inadequado entre outras mazelas, acaba demonstrando que os mesmos são estereis a sociedade em que vivem, leva a uma desconstrução social muito grande, onde a universidade e as políticas de ações afirmativas podem auxiliar nesta construção social, reinserção social, aproximação social. Devemos oportunizar a comunidade de baixa renda ver a Universidade como forma de ascensão social.

Não apenas buscar essa aproximação social, mas incentivar a inclusão social, por meio do ensino superior. Junior e Real (2017) ressaltam que muitos estudantes iniciam cursos e não concluem, representando desperdícios sociais acadêmicos e econômicos. Logo, esta inquietação tem fomentado algumas pesquisas relacionadas à evasão e retenção de acadêmicos no ensino superior.

Voltamos aqui a referenciar a Lei de Cotas Lei número 12.711, jurisprudência esta muito importante, porque percebemos em nossa sociedade atual, atos de preconceitos, racismo, e vários tipos de fobias sociais contra o que Zenun e Markunas (2015) denominam de minorias sociais. Segundo Silva (2007) “o ocultamento da diversidade no Brasil que o vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade”. A grande utilização de estereótipos para o negro tem, em sua origem o Brasil colonial, levando ao longo dos anos a ocorrência de práticas de menosprezo social que ainda ocorrem.

Percebemos ao longo dos anos que a preocupação governamental com a construção e desenvolvimento da cidadania do negro foi parca ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, então, temos a situação do negro antes da libertação, uma situação de escravo, pós libertação, a situação de um ex-escravo, levando consigo muitos estigmas. Levando no século XX, o primeiro após aproximadamente 300 anos de escravidão, a população negra a ocupar funções, empregos, submissos ao branco, uma cultura com grande participação em nossa formação como nação, a cultura negra foi introduzida, no âmbito escolar, a partir da inserção de leis.

Como consequência desta estrutura social, temos um racismo institucionalizado no Brasil, logo em uma sociedade com 51% (IBGE, 2017) da população composta por negros, mas muitos destes estão marginalizados, ou seja, estão à margem da sociedade, fazendo com que seja construído um discurso intencional de validação e importância das leis que buscam inserir estas camadas sociais, até então menosprezadas.

A saber, a lei 10.639/03 introduziu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Em contrapartida, a Lei 11.645/08, como diz em sua introdução, altera a LDB, modificando a Lei nº 10.639/03, incluindo além da História Africana e indígena, trazendo como obrigatoriedade a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Trazemos em voga, a Lei de Cotas Lei 12711/2012, lei essa que vem somar com as leis supracitadas e essa traz como objetivo dispor sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, que em cada curso de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, tais leis acabam corroborando para o ingresso de alunos de diversas classes sociais nas instituições de ensino, o grande desafio é o de manutenção deste aluno.

Os processos de retenção e evasão são fenômenos recorrentes nas instituições de ensino em diferentes países (FELICETTI; FOSSATTI, 2014 e LOBO, 2012). Conforme propala Cesarino et al. (1987), a retenção ocorre quando o discente, por algum motivo, não tem condições de chegar à conclusão do seu curso no período previsto pelo currículo. Outra ação que gera impactos profundos tanto psicológicos, quanto sociais. Segundo Pereira (2013,

p. 17), “a retenção implica em um tempo maior do que o previsto para a conclusão do curso, o que compromete a taxa de sucesso, gera ociosidade de recursos humanos e materiais e pode provocar a evasão do estudante”.

Pereira (2013) estabelece diferentes sentidos para a retenção, voltados ao estudante, que investe o seu preciso tempo e compromete a sua estrutura financeira, a instituição, que tem seus objetivos organizacionais comprometidos e a sociedade, que tem as suas demandas de profissionais para as diferentes áreas de formação. Em muitas situações, alguns alunos trabalham durante o dia para poder estudar à noite. Ou ainda, são obrigados a abandonar seus estudos devido à demanda de trabalho enorme, o que leva o educando ao cansaço, exaustão, não conseguindo acompanhar e o mesmo acaba por abandonar o curso.

Quando abordamos o conceito de evasão, Silva Filho e colaboradores (2007, p. 642), definem que “é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos”. Essa fala corrobora com a compreensão de que estas ações precisam ser investigadas e analisadas, já que provocam um

grande impacto social.

Conforme Lobo (2012), a evasão pode ter diferentes razões, como a mudança de curso, mas continuidade no Ensino Superior em outra área, ou mesmo, pelo abandono aos estudos universitários. Quando falamos em evasão a autora indica que não estamos falando de uma simples subtração no número de alunos que entrou e abandonou o curso, mas precisamos repensar a trajetória deste estudante nas IES. Dessa forma, serão promovidas ações efetivas para reverter ou amenizar o número da evasão. Já que os envolvidos e comprometidos são muitos: “além dos próprios alunos evadidos, os professores, as IES e todos os que nelas trabalham, quem os financia e a sociedade como um todo, pois compromete o desenvolvimento de um país!” (LOBO, 2012, p. 13).

Então, como forma de justificar nossos estudo, propomos uma reflexão sobre o escopo nacional de racismos e preconceitos, evasão escolar no ensino superior, e recentemente a sindemia de COVID-19, com isso faz necessário realizar uma investigação sobre o que tem sido escrito nos últimos anos sobre evasão e retenção no ensino superior. Abordaremos aspectos muito importantes para a reflexão de ideias nos leitores, proporcionando a formação da consciência dos cidadãos e uma possível retomada das diretrizes pelas instituições de ensino.

Hoje em dia, é importante refletir e debater sobre essas ideias, para favorecerem as relações étnicas em nossa sociedade, com quimeras reduções dos preconceitos e discriminações. No meio educacional, tratando-se especialmente da educação básica, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), encontra-se a Pluralidade Cultural como um tema transversal junto com Ética, Orientação Sexual, Saúde e Meio Ambiente, estes temas corroboram para que a diversidade cultural e a atual pandemia seja desenvolvida nas escolas, (BRASIL, 1999).

Estes temas estão presentes na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018), agora nomeados de Temas Integradores, a saber, Consumo e educação financeira, Sustentabilidade, Tecnologias Digitais, Ética, direitos humanos e cidadania, Culturas Africanas e Indígenas. A prática educativa no Ensino de Ciências pode permear discussões étnico raciais, estabelecendo relações com os livros didáticos, aspectos que ratificam a importância deste assunto.

Em nosso país, tem se debatido bastante a importância dos cursos da área da saúde e de seus recursos humanos, ainda mais nos últimos anos, em função da sindemia, logo para RONZANI (2007), houve nos últimos anos, mudanças no processo acadêmica, práticas, mas que também há questões culturais e ou econômicas envolvidas, O autor ainda ressalta que dentro das mudanças estão práticas assistencialistas substituídas por práticas de prevenção, o que levou a busca de quebra de paradigmas na formação dos profissionais desta área.

Tais fatos, relacionado com a formação de profissionais, que neste processo de ensino-aprendizagem relacionado tem que dedicar mais tempo para integrar-se com as atividades acadêmicas, bem como ações de integração para com a comunidade, o que torna a sua formação quase que em tempo integral. Logo, demonstra-se a necessidade de uma dedicação muito grande ao processo de estudo, muitas vezes não permitindo que o discente possa trabalhar e estudar, o que muitas pessoas com rendas mais baixas possam acabar evadindo.

Para Santos e Silva (2011) as instituições de ensino superior conseguiram avançar e muito com o acesso das minorias sociais, somando com a ideia dos autores, nós acreditamos que a partir de 2012, esta inserção ficou institucionalizada com a Lei de Cotas. Santos e Silva (2011) afirmam ainda que esta ampliação levou à programas de acompanhamento dos educandos que devem auxiliar na redução da evasão.

Santos e Silva (2011) destacam também que existe uma premissa, na qual os alunos cotistas seriam aqueles que abandonaram o curso. Seria essa uma ideia coesa e existente em nossas universidades, ou uma ideia de cunho social, opinativo? De acordo com os autores, a ideia não é absurda, mas as poucas pesquisas que são realizadas sobre o tema, indicam resultados que o abandono entre cotistas não reforça esta ideia.

Ainda justificando a importância dos cursos da área da saúde, trazemos a contribuição do estudo de Oliveira, Santos e Shimuzu (2019), que ressaltam alguns aspectos sobre a formação na área da saúde, como por exemplo a importância de formar recursos humanos buscando a melhoria da saúde da população, com o intuito de interiorizar estas formações e assim superando muitas perspectivas, logo permitindo a reflexão sobre a contradição na ideia de que alunos de classe média e alta, seriam privilegiados nos cursos, em contrapartida da classe baixa e minorias sociais, dessa forma as IES públicas, passaram a ter uma responsabilidade social em relação a esta temática, o que demonstra a importância de tal estudo.

Este manuscrito tem como objetivo principal realizar um mapeamento bibliográfico dos trabalhos de pesquisa (teses e dissertações) que se ocupam do tema cotas, relacionado à evasão e retenção nos cursos da área da saúde em universidades brasileiras, e também analisar as teses e dissertações que versam sobre o tema cotas, relacionado à evasão e retenção nos cursos da área da saúde em universidades brasileiras.

Pretendemos com este manuscrito, responder ao seguinte questionamento: Quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020? Para lograr êxito neste estudo, vamos desenvolver a metodologia de análise chamada Estado da Arte e revisão integrativa.

Nas últimas décadas, um conjunto de buscas acadêmicas tem ocorrido com a nomenclatura de “estado da arte” e ou “estado do conhecimento”. De acordo com Romanoski e Ens (2006) e Ferreira (2002), esses estudos possuem um estrutura de busca bibliográfica, nos quais se desenvolve um mapeamento e debate sobre a produção acadêmica de um determinado tema, em diferentes campos do saber, sempre buscando solucionar, questões que são levantadas e destacadas em diferentes momentos históricos.

Esta técnica também é recorrida, por proporcionar uma busca investigativa, inventariante, filtrando as características de cada estudo e conseqüentemente apontar caminhos e direções. Mesmo com estudos recentes, objetiva a sistematização de uma produção e nos mostra a amplitude do que vem sendo produzido ou não.

## II. Método

Em sequência, faremos uma revisão integrativa, para a qual buscamos seguir aos seguintes passos:

Passo 1 - Definir o problema de pesquisa a ser respondido com o estudo: Quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020?

Passo 2 - Realizar a busca e mapeamento pela literatura, esta foi realizada no BDTD - (Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses), vinculado ao Ministério da Educação, CAPES e ao IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, este desenvolveu e coordena tal banco de dados. Este banco tem como função integrar os sistemas de informação de teses e dissertações das IES brasileiras;

Passo 3 - Definir o recorte temporal. Trabalhamos a ideia da última década, 2012 - 2020, a razão deste recorte temporal, e que a lei de cotas começou a vigorar no ano de 2012, sendo desnecessário análise anterior ao período;

Passo 4 - Realizar um mapeamento bibliográfico de teses e dissertações, que versam sobre cotas, relacionando-se com evasão e retenção, nos cursos da área da saúde. Analisamos a temática, bem como definimos os documentos que foram incluídos ou excluídos do estudo;

*Incluídas* - teses e dissertações que versavam sobre a temática supracitada em seu título ou resumo;

*Excluídas* - teses e dissertações que não versavam sobre a temática supracitada em seu título;

Passo 5 - Construção de uma reflexão síntese, sobre o material encontrado, após leitura do resumo, sumário e introdução do documento; Passo 6 - Perspectivas de pesquisas sobre o assunto.

## IV. Resultados e Discussão

As buscas foram realizadas no site do BDTD com os seguintes descritores: cotas AND evasão AND retenção, nos anos de 2012 a 2020. Com a busca, obtivemos um retorno de 5 elementos, sendo 4 dissertações e 1 tese. Sendo descritos no quadro 1:

**Quadro 1 - Resultados da Busca.**

<b>Tipo</b>	Tese	<b>Instituição</b>	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
<b>Ano</b>	2017	<b>Área</b>	Saúde
<b>Autor</b>	Cintia Tavares Carleto		
<b>Título</b>	Adaptação transcultural e evidências de validade da versão brasileira do inventário de integração à vida Universitária (I-IVU)		

<b>Tipo</b>	Dissertação	<b>Instituição</b>	UFPE
<b>Ano</b>	2013	<b>Área</b>	Gestão Pública
<b>Autor</b>	Maria Christina de Medeiros Nunes		
<b>Título</b>	Acesso com (in) sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco – BIA/UFPE		

<b>Tipo</b>	Dissertação	<b>Instituição</b>	UFPA
<b>Ano</b>	2014	<b>Área</b>	Gestão Pública
<b>Autor</b>	Emilce Pacheco		
<b>Título</b>	Avaliação da política pública de ação afirmativa na UFPA: análise do desempenho das cotas sociais no Campus Belém (PA)		

<b>Tipo</b>	Dissertação	<b>Instituição</b>	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO - UNIFENAS
<b>Ano</b>	2018	<b>Área</b>	Saúde
<b>Autor</b>	Bárbara Aparecida da Silva Rego Rocha		
<b>Título</b>	O teste de progresso é um fator preditivo de desempenho no curso de medicina? Estudo retrospectivo num curso de medicina no Brasil, 2010 - 2016.		

<b>Tipo</b>	Dissertação	<b>Instituição</b>	UnB
<b>Ano</b>	2019	<b>Área</b>	Economia
<b>Autor</b>	Renato Sampaio Meireles		
<b>Título</b>	Fatores causais da evasão e retenção universitária: uma análise nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília no período de 2002 até 2018.		

Fonte: Elaboração dos autores.

Após realizarmos a análise dos resumos e dos sumários da tese e das dissertações, decidimos que todos os documentos estão incluídos em nosso processo de análise. Como parte da análise dos documentos, desenvolvemos uma leitura fluente inicial do resumo e dos aspectos introdutórios dos documentos, a fim de responder nosso questionamento, quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020. Logo, realizamos uma leitura mais detalhada.

Após identificarmos pontos comuns entre os trabalhos selecionados, que são nossas palavras chaves, categorizamos apesar de um “N” pequeno, para auxiliar a análise, logo, realizamos uma abordagem qualitativa da pesquisa social, devido à realização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, onde a leitura e a compreensão do conjunto coletado, através da articulação do objetivo do estudo e da base teórica (MINAYO, 2012).

#### **Quadro 2 - Estudos encontrados Teses e dissertações**

<b>Tema Abordado</b>	<b>Trabalho</b>	<b>%</b>
Integração universitária e cultura CARLETO 2017	Tese	20
Evasão e retenção universitária MEIRELES 2019	Dissertação	20
Adaptação universitária NUNES 2013	Dissertação	20
Desempenho acadêmico: ROCHA 2018 / PACHECO 2014	Dissertações	40

Fonte: Elaboração dos autores, de acordo com o inventário.

Após realizarmos o inventário, observamos que existe uma complexidade ao fenômeno evasão, mas também uma pulverização nos poucos trabalhos encontrados, logo, percebemos que há muito o que discutir, levando em consideração as mudanças e o crescimento do ensino superior no Brasil.

Dos cinco documentos analisados, estes abordam majoritariamente instituições de ensino público, sendo apenas um estudo realizado em instituição particular de ensino superior.

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, dois estudos fazem referência ao desempenho acadêmico dos estudantes, construindo uma análise do processo educativo. Os demais estudos versam sobre o processo de adaptação do então aluno de ensino médio que passa a ser um aluno universitário. Um estudo refere-se ao processo de integração entre o processo universitário e a cultura universitária. E apenas um estudo trata especificamente do processo de evasão e retenção universitária.

#### **Quadro 3 - Áreas de estudo vinculadas aos trabalhos analisados (dissertações e teses)**

<b>Área de estudo</b>	<b>Trabalho</b>	<b>%</b>
Saúde	Dissertação (1) e Tese (1)	40
Gestão pública	Dissertações (3)	60

Fonte: Elaboração dos autores, de acordo com o inventário.

Nos quadros 2 e 3, verificamos que apesar de debatermos, educação, saúde, os trabalhos são de outras áreas, que vem estudando as questões relacionadas à evasão. Logo, percebemos novas vertentes de estudo, como diria o professor Chassot, cada área olhando com um óculos diferente. A área da saúde e gestão pública se destaca, com seus estudos, em gestão pública encontramos 60% dos trabalhos investigados. Ainda percebemos que existem poucos estudos fazendo a relação entre cotas, evasão e retenção, estes no ensino superior. Logo mostra a necessidade de mais estudos, sobre tal temática.

#### **Análise do inventário**

No estudo de ROCHA (2018), concentrado na área da saúde é construído uma análise no curso de medicina no ano entre 2010 e 2011, em uma instituição de ensino privado, a dissertação versa sobre o desempenho do aluno durante o curso de medicina. Neste estudo não houve descrições sobre o atraso na conclusão do curso, ou evasão ou retenção. Acreditamos que por se tratar de uma instituição particular de ensino superior, onde o investimento na formação de um médico é alto, o que leva a possíveis níveis de evasão e ou retenção muito próximo do zero.

Ainda em Rocha (2018), afirma que o processo de formação de um médico é um investimento alto, e

que os educandos devem ter uma dedicação anterior à entrada no curso superior.

Relacionado especificamente ao processo de evasão nos cursos de medicina, o estudo faz uma comparação com outros países, mostrando que os índices de evasão são de:

**Quadro 4 - Evasão em cursos de medicina**

Evasão	País
4,3 %	Reino Unido - 2006
6,1 %	Reino Unido - 2011
3,3 %	EUA

Fonte: ROCHA 2018.

O mesmo estudo, revela que no Brasil os dados são incipientes, e traz a seguinte informação:

**Quadro 5 - Evasão em cursos de Medicina no Brasil.**

Evasão	IES
1,8%	UEL
2,9 %	UFMG
4%	Média Brasil
<b>Após 2010</b>	
5,3%	UERJ

Fonte: ROCHA 2018.

Levando-nos a inferir que o aumento nas taxas de evasão tanto em outros países como também em nosso país pode estar relacionado com a crise econômica de 2008, esta afetou grande parte das economias mundiais, em especial o Brasil e também a Europa, fatos que condizem com os dados.

Tal estudo é anterior à lei de cotas, e como se passa em uma Universidade particular, não temos informações sobre alunos cotistas, ou referente a época bolsistas. Mas temos a certeza da importância e relevância de tal estudo com dados que demonstram a importância da formação de médicos em nosso país, o que demonstra também o investimento realizado em instituições de ensino públicas, que muitas vezes, as pessoas têm a falsa ideia de que é de graça, em verdade pagos por nossos tributos.

Outro documento inventariado foi Pacheco (2014), este estudo concentra-se na área de gestão pública, mostrando como é o processo de ingresso em uma universidade através de ações afirmativas antes da criação da lei de cotas, pois o estudo foi realizado entre 2002 e 2007, em uma instituição que desenvolveu o seu processo de ingresso por cotas, onde a regra seria o candidato ter cursado todo o ensino médio em escola pública. No resumo do estudo eles já indicam que não encontraram diferença entre os alunos cotistas e não cotistas durante o processo de estudos.

No momento em que esta IES regulamentou o sistema de ação afirmativa, em 2004, através da cota social (também conhecida como reserva de vagas), com a ideia de oportunizar, garantir o acesso ao ensino superior para grupos que outrora estavam excluídos deste processo.

Outros aspectos a serem ressaltados neste estudo, antes de 2012, período que não havia a lei federal para cotas, 71% das IES federais e estaduais já adotavam alguma ação afirmativa, mostrando a preocupação das instituições com o processo de ingresso em seus campus. Relacionamos aqui um aspecto político, que vai na contramão do que pensavam as universidades na época, em junho de 2010, é aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, mas os senadores retiraram do texto pontos que traziam, previa, a criação do sistema de cotas para negros, em várias áreas universidades, empresas, cargos públicos. Mesmos assim, em 2010, a maioria das instituições de ensino superior públicas, já tinham como critérios de ingresso ações afirmativas, cotas, bônus no vestibular, para alunos negros, ameríndios entre outros grupos.

Destacam no estudo que o primeiro estudo sobre as ações afirmativas na referida universidade só ocorreu após nove anos de ações afirmativas. Ponto a ressaltar nas ações afirmativas criadas nesta IES é que anterior a Lei de Cotas eles já destinavam 20 % das vagas para negros e 5 % de vagas para ameríndios, dados por curso. Segundo o estudo, muitas análises realizadas pelos discentes são construídas em um senso comum, dizendo que os estudantes decaíram muito, mas sem nenhum dado factual, apenas comparações não articuladas e superficiais.

No estudo de Nunes (2013), realizado na área de gestão pública, trata de uma avaliação de um programa institucional que auxilia os alunos ao entrar na universidade, com auxílio de tutores, estes são



auxiliados no processo de adaptação ao ensino superior.

O presente estudo faz uma breve reflexão sobre o sistema de ações afirmativas, e cotas raciais, bem como elenca a importância da trajetória acadêmica dos educandos. Ao analisar os dados deste programa reiteram a importância de programas relacionados com o processo de permanência dos acadêmicos.

Ainda Nunes (2013) afirma que os processos de avaliação das políticas públicas permitem perceber o quanto ocorre a eficácia do que será mensurado. Resultados eficazes estariam relacionados a democratização do ensino e conseqüentemente do ingresso, ou vice versa.

Destacamos aqui as reflexões que o estudo faz sobre condições e debates socioeconômicos, políticos e jurídicos, onde a partir dos anos 90, inicia-se um debate reflexivo sobre políticas de inclusão social, este relacionados ao debates internacionais sobre os temas. Os segmentos debatidos a partir dos anos 90 no que refere-se à ações afirmativas ou compensatórias estão relacionados a diversas minorias sociais, no que diz respeito a comunidade negra, ameríndia, entre outros. O tema cotas, polêmico em rodas de conversa, acadêmicas ou não, ganha força a partir de 2001, com uma agenda de reformas universitárias em nosso país. que saiu fortalecido a partir de debates democráticos e tornando o acesso à educação superior com uma busca pela ampliação do acesso a setores excluídos da sociedade.

Fato que torna-se realidade com a promulgação da lei de cotas em 2012, permitindo a cada instituição oferecer em suas vagas, acesso através de ações afirmativas.

Outro estudo analisado é MEIRELES (2019), este já em seu título traz informações que a pesquisa é relacionado a evasão e retenção em cursos de licenciatura analisados entre 2002 e 2018, MEIRELES (2019), avaliou os fatores que podem levar a evasão, estes citados como formas de ingresso, cotas, gênero, etc. A ideia do estudo é formular um perfil de risco dos educandos, matriculados em cursos de licenciatura, e que através da análise deste perfil possam construir planejamentos para diminuir este processo de evasão.

No resumo do estudo não esboçam nenhuma conclusão do mesmo, ou dão indícios de suas considerações finais, apenas estabelecem relações entre licenciatura, bacharelado, diurno e noturno, gêneros masculino e feminino, cotista e universal.

Neste estudo, o autor infere que os estudos sobre evasão e retenção são incipientes, e que são muito importantes para que possamos relacionar estes dados com políticas públicas inclusivas e de permanência do estudante em sala de aula. Afirmam que de acordo com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) as pesquisas sobre evasão, retenção e diplomação deveriam ser esmiuçadas, detalhadamente para que problemas sejam identificados e solucionados.

Outro ponto importante do estudo são fatores que podem levar os alunos a evadirem dos seus referidos cursos, tais fatores podem ser sociais, pessoais, econômicos, entre outros, ressaltam a escolha da profissão, onde a mesma, tem uma grande contribuição na formação do acadêmico, pois alguns cursos e posteriormente alguns profissionais tem certo prestígio na sociedade, além de bons salários, médicos, engenheiros, etc., já outras áreas são menosprezadas pela sociedade, como as áreas da licenciatura, que tem pouco ou até nenhum prestígio social.

Conforme Meireles (2019) ao identificar de forma precoce a vulnerabilidade dos estudantes, e a propensão ao processo de evasão, podendo antecipar tais análises com algumas técnicas, poderíamos evitar recursos financeiros, diminuir a evasão possibilitando a conclusão até a etapa formativa do acadêmico.

Dentro do material analisado, temos a tese de Carleto (2017) neste estudo, investigam como ocorre a integração À vida universitária, levando em consideração que esse processo tem q ter uma atenção muito especial, onde neste estudo eles aplicaram um inventário para avaliar a integração do aluno a vida acadêmica. neste processo foi traduzido um teste a ser aplicado e testado em acadêmicos, o que resultou, em uma adaptação do inventário, aplicado com êxito e mostrando que o mesmo pode ser integrado às academias no BRasil e aplicado nos estudantes.

Ainda referente ao último estudo citado, o autor observa um crescimento nos índices relacionados à evasão e retenção, destacam que muitas questões como transição do ensino médio para o ensino superior, dentre outras demandas, demonstram a importância na assistência estudantil. Também ressalta que os estudantes precisam se sentir acolhidos para que possam permanecer nos cursos. Levando em consideração além das competências e habilidades de um estudante do ensino superior, deve-se promover o bem estar em todos os sentidos.

Sendo assim, definem como muito importante a integração entre a vida acadêmica e social, sugerindo que possamos potencializar os educandos que não conseguem superar estes desafios.

## **V. Considerações finais**

Através da realização deste estudo, compreendemos a necessidade de inventariar o que já foi estudado sobre determinado assunto, mas sabemos das fragilidades de um estudo do tipo estado da arte, por que não conseguimos abarcar tudo o que está sendo produzido sobre determinado assunto, devido a velocidade que o material, a ciência é produzido.

Verificamos também a importância de estudos sobre evasão, retenção e cotas, no sentido de nos mostrar tal realidade em nosso país, e assim propomos situações de análises e resoluções desses problemas que afligem as universidades brasileiras.

Em relação ao problema de nosso manuscrito, quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020. Percebemos que poucas dissertações e ou teses abordam tal tema, utilizamos um banco de dados, que em tese é alimentado por todas as Universidade Públicas de nosso país e algumas privadas.

As buscas foram realizadas com os operadores booleanos “or”, o que em tese nos daria uma maior assertiva no que diz respeito ao número de documentos, mas o resultado foi apenas de 5 documentos. O que demonstra a necessidade de pesquisas nesta área.

Percebemos que os estudos realizados em sua grande maioria concentram-se na área de gestão pública, logo, estes corroboram para o pensar nas atividades de permanência dos educandos em nossas IES.

As relações entre cotas, evasão e retenção, mostra-se um tema relevante e necessário para que possamos desenvolver estudos e refletir sobre práticas que corroborem para a redução de dados relacionados aos temas citados.

Esperamos, portanto, que as informações aqui ressaltadas possam auxiliar e ampliar discussões sobre a temática, promovendo um debate sobre o assunto.

### Referências

- [1]. Brasil. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- [2]. Censo Da Educação Superior 2018: Notas Estatísticas. 2018.
- [3]. Brasil. Lei Nº 9.394, De 09 De Janeiro De 1996. Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Disponível Em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso Em: 16 Mai. 2021.
- [4]. Brasil. Lei Nº 10.260, De 12 De Julho De 2001. Dispõe Sobre O Fundo De Financiamento Ao Estudante Do Ensino Superior E Dá Outras Providências. Disponível Em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Leis\\_2001/L10260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis_2001/L10260.htm)> Acesso Em: 16 De Mai. 2021.
- [5]. <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Leis\\_2001/L10260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis_2001/L10260.htm)> Acesso Em: 16 De Mai. 2021.
- [6]. Brasil. Lei Nº 10.639, De 9 De Janeiro De 2003. Altera A Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, Para Incluir No Currículo Oficial Da Rede De Ensino A Obrigatoriedade Da Temática “História E Cultura Afro-Brasileira”, E Dá Outras Providências. Disponível Em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10639.htm)> Acesso Em: 16 De Mai. 2021.
- [7]. Brasil. Lei 11.645/08 De 10 De Março De 2008. Dispõe Sobre A Inclusão No Currículo Oficial Da Rede De Ensino A Obrigatoriedade Da Temática “História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena”. Disponível Em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)> Acesso Em: 16 De Maio De 2021.
- [8]. Brasil. Lei Nº 12.711, De 29 De Agosto De 2012. Dispõe Sobre O Ingresso Nas Universidades Federais E Nas Instituições Federais De Ensino Técnico De Nível Médio E Dá Outras Providências. Disponível Em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)> Acesso Em: 16 Mai. 2021.
- [9]. Brasil. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- [10]. Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Média E Tecnológica. Brasília, 1999.
- [11]. Burke, P. Híbrido Cultural. São Leopoldo: Editora Da Unisinos, 2003.
- [12]. Caetano, Eduardo F. S. E Campos, Ivete M. B.. A Autonomia Das Universidades Federais Na Execução Das Receitas Próprias. Revista Brasileira De Educação [Online]. 2019, V. 24 . Acesso Em: 16 Mai. 2021.
- [13]. Carleto, C. T. Adaptação Transcultural E Evidências Da Validade Da Versão Brasileira Do Inventário De Integração À Vida Universitária (I-Ivu). 2017. 202 F. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Do Triângulo Mineiro. Programa De Pós-Graduação Em Atenção À Saúde. Doutorado Em Atenção À Saúde. Uberaba/Mg, 2017. Disponível Em: <<http://bdtd.ufmg.br/handle/tede/475>>. Acesso Em: 10 Mai. 2021.
- [14]. Cesarino, M. A. Da N.; Kremer, J. M.; Dumont, M. M. V.; Simões, E. M. Dos S. A Retenção De Alunos Por Infrequência, Aproveitamento E Trancamento De Matrícula No Curso De Graduação De Biblioteconomia Da Universidade Federal De Minas Gerais.
- [15]. Revista Da Escola De Biblioteconomia Da Ufmg, Belo Horizonte, V. 16, N. 2, P. 159-190, Set. 1987. Disponível Em: <<http://www.brapi.inf.br/index.php/article/view/0000002029/40dc5ebb5485b0d04d243f3d2c6a96a4>>. Acesso Em: 03 Mai. 2021.
- [16]. Chauí, M. Convite À Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- [17]. Costa, D. M.; Costa, A. M.; Barbosa, F. V. Financiamento Público E Expansão Da Educação Superior Federal No Brasil: O Reuni E As Perspectivas Para O Reuni 2. Rev. Gual, Florianópolis, V. 6, N. 1, P. 106-127, 2013.